

Brincar, fantasiar, olhar, ser olhado, o que essas expressões nos dizem a respeito da constituição de um sujeito?

Cláudia Monti Schönberger

Resenha de Rogério Lerner e Maria Cristina Kupfer (orgs.), *Psicanálise com crianças: clínica e pesquisa*, São Paulo, Escuta, 2008, 235 p. Coleção Psicanálise e Infância.

Sabemos que na cena inconsciente o tempo transcorre de modo singular, seguindo leis que lhe são próprias e diversas daquelas do tempo cronológico. Na clínica com crianças, especialmente com as que não falam, constatamos que o tempo possui ainda outras inflexões. Trata-se de um período de aquisições e de construção de aberturas de possibilidades estruturais, ainda não estabelecidas.

De modo diverso da clínica com adultos – em que se busca dar voz ao infantil do sujeito – nesse tempo, o da infância, quando a estruturação edípica ainda não se completou, tempo que pressupõe um *só depois*, manejos clínicos específicos devem ser considerados. Dentre estes o “estado de efetuação da estrutura”¹ no qual a criança se encontra.

Como tratar nesse tempo? E a que tempo? São algumas das questões que levam o psicanalista a buscar nessa leitura elementos para sua prática. Organizado por Maria Cristina Kupfer e Rogério Lerner e composto por artigos de vários autores, o livro *Psicanálise com crianças: clínica e pesquisa* é um importante instrumento não

só para os profissionais que atendem crianças, mas para psicanalistas em geral. Além da apresentação de material inédito da pesquisa e seus resultados, podemos acompanhar parte das discussões e questionamentos inerentes ao extenso e rigoroso trabalho, que nos são apresentados por meio de falas que ocorreram em diversos colóquios e mesas-redondas sobre o tema.

Concepção de ciência e pesquisa em psicanálise, suas questões epistemológicas e metodológicas, diagnóstico e clínica dos transtornos graves do desenvolvimento e constituição do sujeito psíquico são temas centrais deste livro.

A Pesquisa Multicêntrica de Indicadores de Risco para o Desenvolvimento Infantil (IRDI) teve início no ano de 2000 e é dirigida a crianças desde o nascimento até os 18 meses. Sua continuidade se dá através da Avaliação Psicanalítica de Crianças de Três Anos (AP3) – instrumento proposto para validar os indicadores apontados na primeira etapa da pesquisa.

O livro aqui resenhado é parte da coleção *Psicanálise e Infância* e visa a divulgar aspectos de uma pesquisa mais ampla, que inclui a IRDI. Trata-se do estudo intitulado “Leitura da constituição e da psicopatologia do laço social por meio de indicadores clínicos: uma abordagem multidisciplinar atravessada pela psicanálise”.

O trabalho, inédito e instigante, de estabelecer indicadores, possibilita a transposição das operações psíquicas em jogo na constituição subjetiva para as expressões encontradas nas relações entre a criança e seus pais ou cuidadores. Formulados a partir do conhecimento psicanalítico, os indicadores psíquicos que se encontram na IRDI estão baseados em quatro eixos teóricos relativos a uma visão da constituição do sujeito. São eles: suposição do sujeito, presença – ausência, estabelecimento da demanda e função paterna.

1 C. Soler, *L'enfant et le désir de l'analyste*. In *L'enfant et le désir de l'analyste*. Apud L. M. F. Bernardino (org.), *Psicanalisar crianças: que desejo é esse?* Salvador, Álgama, 2004, p. 58.

Cláudia Monti Schönberger é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e Coordenadora de equipe clínica da Clínica desse mesmo Instituto.

Construiu-se um conjunto de índices, cuja ausência poderá apontar para a existência de perturbações no desenrolar do diálogo mãe – bebê (p. 95).

A pesquisa teve início a partir do pedido de inclusão de indicadores psíquicos no Manual de Crescimento e Desenvolvimento Infantil, instrumento utilizado pelos pediatras da rede de saúde pública brasileira. Cristina Kupfer relata: “convocamos especialistas dessa área em todo o Brasil; especialistas em psicanálise que conheçam em termos pediátricos o desenvolvimento de 0 a 18 meses, mas, na verdade, tratava-se de entender a constituição do sujeito. Era um grande desafio incluir essa questão dentro de uma norma com referencial psicanalítico” (p. 50).

Incluir indicadores psíquicos, formulados a partir do pressuposto de que o organizador central do desenvolvimento é a subjetividade, em um manual a ser utilizado por pediatras, cuidadores e educadores pode viabilizar a realização de prática multidisciplinar, incrementando o diálogo entre esses diferentes campos do saber acerca da infância.

Ao apresentar a segunda etapa da pesquisa, a avaliação psicanalítica denominada AP3, Alfredo Jeruzalinsky discorre sobre os fundamentos teóricos que sustentam a pesquisa como um todo. Relaciona com extrema clareza a metapsicologia psicanalítica acerca dos primórdios do psiquismo com as expressões infantis e sua relação com seu entorno. Cita, muito apropriadamente, que os fundamentos desse trabalho têm cem anos.

Acompanhar a elaboração dos aspectos que se pressupõem presentes no processo de aquisição da subjetividade, por meio do encadeamento articulado por Jeruzalinsky, constitui um importante instrumento para pensar a condição do sujeito na infância e também para fundamentar o próprio fazer clínico psicanalítico.

O autor diferencia os denominados sintomas de estrutura, que “comparecem sob formas típicas do comportamento de elaboração do sujeito infantil, caracterizado pela dilatação do registro do imaginário”, dos sintomas clínicos, que, indicadores de “risco patológico ou posições patológicas, evidenciam dificuldade ou impossi-

bilidade de elaboração do sujeito diante de seu fantasma” (p. 120). Por exemplo, sobre a fantasia, característica desse período, o autor nos diz que, por ter que corresponder a um ideal excessivo e que aponta para a insuficiência subjetiva, a criança cria “um mundo imaginário mais vasto e consistente que o do adulto” (p. 120 N.R.). Espécie de “delírio de elaboração”, necessário para atingir a condição de adulto.

A AP3 verifica os dados obtidos na etapa anterior da pesquisa, validando-os ou não. Busca perceber, junto às mesmas crianças, se seu processo de constituição psíquica está em andamento ou em risco. Para tanto, amplia os indicadores utilizados na IRDI. São considerados cinco novos eixos teóricos: brincar; o estatuto da fantasia; o corpo e sua imagem inconsciente; as manifestações diante das normas e posição frente à lei e a fala e sua posição na linguagem.

Um desafio metodológico e um risco. Estes são os aspectos apontados por Cristina Kupfer e Rinaldo Voltolini ao problematizar a pesquisa em psicanálise e a utilização prática do instrumento elaborado.

O desafio consiste em realizar uma pesquisa de psicanálise aplicada, utilizando indicadores clínicos em sua metodologia. Estes, frequentes nas pesquisas da área da saúde, são pouco utilizados em psicanálise. Trata-se de articular o caso a caso, a versão que cada sujeito constrói sobre si próprio, com o geral da estrutura, ao qual estão relacionados os indicadores. “Estamos aproveitando a experiência acumulada da psicanálise a fim de levá-la a outros campos, apontando para uma tendência que vimos revelar-se ao ouvir cada caso” (p. 97).

Os autores não desconsideram um possível risco inerente a esse trabalho, relacionado à utilização do instrumento construído. Temem, com razão, que se considere o “geral estrutural que organiza os indicadores como mais uma teoria de classificação de comportamentos” e que a ocorrência de indicadores de risco psíquico ou de desenvolvimento possa ser considerada de maneira conclusiva ou preditiva. Apesar disso, consideram que a saúde pública virá a se beneficiar se pediatras

tomarem os indicadores como aquilo que aponta algo a respeito do andamento da constituição de um sujeito e não como um modo de ser já estabelecido.

Referindo-se ao diagnóstico em psicanálise, Flávia Gomes Dutra pondera que este só se dá em transferência no contexto analítico e *a posteriori*. A maneira pela qual a relação transferencial se estabelece consiste em “um dos meios de se orientar num tratamento” (p. 150). Acrescenta que “o que está em foco para a psicanálise, em relação ao diagnóstico, não é destacar o fenômeno, mas sim situar a posição do sujeito em seu fantasma” (p. 150).

Por estar a criança em plena estruturação subjetiva, os tempos lógico e cronológico se sobrepõem criando, podemos dizer, uma temporalidade própria, específica.

Sabemos que o atributo da idade não possui relação direta com o inconsciente, com os desejos, porém, em se tratando da criança, Leda Fischer Bernardino considera que esta se encontra “em uma posição de mutação, num tempo que ainda é gerúndio” em relação à estruturação do inconsciente. Conclui, em seguida, que a posição de responsabilidade da criança “em relação ao que diz ou faz enquanto ato ainda é sustentada pelo Outro”².

Na clínica com crianças, o estágio de estruturação psíquica em que se encontra o sujeito no momento do início do tratamento analítico é de extrema importância e tem relação direta com seus alcances e possibilidades.

Os trinta e um indicadores clínicos de risco para o desenvolvimento infantil, construídos e validados pela pesquisa apresentada, são apreendidos por meio da observação da relação entre o pequeno *infans* e sua mãe ou cuidador, num tempo no qual os ventos sopram a favor. Nesse período inaugural e precoce ocorre a neuroplasticidade do sistema nervoso central, o que possibilita o estabelecimento de algumas funções, promovidas pelo entorno, pela cultura. Constatando-se a existência de risco para a constituição subjetiva, cabe encaminhar pais e bebê à escuta psicanalítica.

Além dessas questões abordadas, vale ressaltar que o livro – composto por vinte e três autores, entre psicanalistas, psicólogos, pediatras e psiquiatras que de diversas maneiras participaram da pesquisa ou com ela colaboraram – está dividido em quatro partes: Metodologia de pesquisa, Avaliação psicanalítica, Relato de casos e Resultados.

O rigor teórico e o constante questionamento acerca das práticas inerentes ao fazer psicanalítico estão presentes desde o início. Rogério Lerner, na apresentação do livro, nos convida a refletir: “Em que medida a psicanálise pode ser considerada uma concepção científica de pesquisa?” (p. 7).

Mario Eduardo Costa Pereira aborda a especificidade da pesquisa em psicanálise e problematiza o trabalho do psicanalista no campo da ciência. Nesse sentido, ele questiona como adequar a pesquisa em psicanálise à exigência de critério de cientificidade estabelecido pela ciência contemporânea, sendo que a “psicanálise se coloca como uma disciplina que descreve o sujeito como não totalmente traduzido no campo da proposição lógico-formal” (p. 26).

Vários outros autores tratam da especificidade da pesquisa e sua metodologia em psicanálise nos textos apresentados. Dentre eles, Christian Ingo Lenz Dunker explicita a concepção freudiana segundo a qual a psicanálise é um método de investigação e pesquisa dos processos mentais, bem como um método de tratamento, e é com a junção dessas duas faces que se constitui uma nova disciplina científica. Acrescenta que o método pelo qual a psicanálise “realiza sua investigação científica não é inteiramente diverso do método que ela põe em curso no tratamento. Ambos devem respeitar o critério fundamental da transferência” (p. 64). Prossegue trazendo o aspecto da clínica e sua posição é de que esta “ultrapassa a noção da experiência do tratamento” (p. 65), apontando que a psicanálise efetua uma subversão da clínica clássica, ligada ao raciocínio causal. Para o autor, a condição específica do método

² L. M. F. Bernardino (org.), *Psicanalisar crianças: que desejo é esse?* Salvador, Álgama, 2004, p. 58.

e da investigação “não é a descrição, mas a narrativização” (p. 72). Destaca também, como estratégia principal da psicanálise, a negatividade. Entende que “pensar uma situação a partir de categorias do negativo, do que ela perdeu, ocluiu, excluiu para se constituir como tal, eis o *modus operandi* de uma narrativização” (p. 72). Vale ainda ressaltar, nesse artigo, considerações a respeito das condições do método, relacionadas com a metapsicologia: “Faz parte da metapsicologia da psicanálise assumir esse valor estruturante da falta e do negativo por extensão. A segunda condição de método a partir da situação como organizada em torno do negativo é que uma situação só se narrativiza quando ela se instala no tempo” (p. 73). A instalação no tempo refere-se à terceira condição apontada pelo autor, a de que “não há narrativa sem narrador e não há narrador sem narratário”.

Faz-nos notar que “o narrador não é o autor, é uma posição de discurso, exatamente como o analista na transferência” (p. 73).

Marie Christine Laznik aborda a questão da metodologia através da prática, especialmente a prática clínica com crianças com grave sofrimento psíquico. Esta coloca-nos diante de situações que exigem um olhar e um fazer sempre criativo e renovado. É esse modo de ver a clínica que a autora nos oferece ao explicitar seu trabalho. Mencionando uma frase de Picasso, ela nos diz: “eu não procuraria se já não tivesse encontrado”. Remete-nos à percepção da ausência do chamado terceiro tempo do circuito pulsional como um sinal do que considera um “início de comprometimento autístico” (p. 34). Em seu texto entramos em contato com os exemplos práticos desse importante giro metodológico que caracteriza a formulação do conhecimento em psicanálise com relação à ciência em geral: que teoriza a partir do acontecimento clínico, sob transferência. No relato de Laznik, clínica e teoria se entrelaçam em uma rede de sustentação do próprio fazer clínico e se modificam com os avanços apreendidos por meio da experiência clínica.

Na parte final do livro, além da apresentação e discussão dos resultados do estudo – que constata que o instrumento elaborado tem capacidade maior de indicar problemas de desenvolvimento do que risco psíquico – encontramos um interessante texto de Leda Fisher Bernardino, Carla Vaz, Marenice Quadros e Sandra Vaz sobre uma aplicação prática da pesquisa. Esta se deu junto a cuidadores de crianças em uma creche de Curitiba. As autoras ressaltam o grande investimento que o cuidado com bebês requer do educador: uma implicação do próprio desejo. Apontam que esse profissional “é convidado a se voltar para cada bebê como sujeito único, estabelecendo com ele uma relação qualitativamente suficiente para incidir em sua constituição subjetiva” (p. 219).

Vários outros profissionais, médicos, psicanalistas e estudantes de psicologia, que se ocuparam das várias etapas da pesquisa, trazem suas importantes reflexões nesse livro, demonstrando a importância, a extensão e o consequente alcance dos trabalhos de uma equipe, cujo foco principal é a criança e a saúde pública. Mas essa extensão revela também a impossibilidade de citá-los todos no espaço de uma resenha.

Fruto de trabalho coletivo, esta publicação mostra a aproximação dos campos da saúde pública, educação e psicanálise, os quais estabelecem um diálogo fecundo, que inclui os embates e paradoxos inerentes a sua aproximação.

Os efeitos desse diálogo, sem dúvida, se farão presentes na clínica dos que se ocupam da atenção à tenra infância. Com efeito, vale ressaltar, ao final desta leitura, que um outro aspecto do *desafio* iniciado pela presente pesquisa e dirigido a nós, analistas, é o de tratar crianças cada vez mais novas, que ainda não falam. Vários estudos e práticas vêm sendo construídos nesse sentido: como, por exemplo, os atendimentos pais - bebê. Trata-se de uma clínica viva e em movimento, que requer prática, estudo e teorização. A psicanálise tal como Freud a concebeu, aberta a reformulações e ampliações, baseadas no fazer clínico.